b o l e t i m

apubh

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG

SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - Nº 3 - JUNHO DE 1996

APUBH PROMOVE CONCURSO
página 3

A EVOLUÇÃO DA GREVE NA UFMG
páginas 4 & 5

DELIBERAÇÕES E PARTICIPAÇÃO NAS AGs
encarte

APUBH NA INTERNET
página 8

Diretoria da APUBH - Gestão 95/97
Presidenta
Maria Dirlene Trindade Marques
1º Vice-presidenta
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova
2º Vice-presidente
Luiz Humberto Pinheiro
1º Secretária
Danusa Dias Soares
2º Secretária
Rosemary Dore Soares
1º Tesoureiro
José Antônio Armanelli
2º Tesoureiro
João Maurício Lima Figueiredo Mota
1º Suplente
Vera Lúcia Tomaz Fróes
2º Suplente
Vera Lúcia Fernandes
Diagramação e Arte
CPD - Apubh
Jornalista Responsável
Ivaldo dos Reis Costa - MTB 4740

APUBH - Rua Arthur Itabirano, 70
Bairro São José - Pampulha
CEP: 31275-020 - BH - MG - Tel: (031)441-7211
Endereços eletrônicos:
e-mail:correio@apubh-ufmg.org.br
homepage: http://apubh-ufmg.org.br

A GREVE NA UFMG

A Universidade brasileira encontra-se em uma profunda crise, que não passa apenas pelo que é mais visível : a degradação material, o repasse insuficiente de verbas e os baixíssimos salários. É uma crise que vai refletir, principalmente, a degradação do que é público. No individual, nem sempre - há até uma certa abundância de computadores e outros equipamentos individuais.

Os aspectos materiais mais visíveis da crise, que pareciam até há pouco tempo atrás não ter vínculo ou conexão com o cotidiano e com as práticas acadêmicas, são hoje traduzidos pela apatia política, pelo tecnocratismo e pelo burocratismo. E vão entranhando no nosso dia a dia, nas nossas relações, na nossa subjetividade.

A baixa remuneração dos professores universitários e técnicos administrativos, a falta de recursos materiais para o trabalho acadêmico do coletivo, a redução dos recursos financeiros públicos para a pesquisa e extensão tem propiciado a instauração da competitividade desenfreada para obtenção do pouco que ainda está à disposição. Estimula a relação particularizada do professor com agências financiadoras privadas ou de empresas, com pouco ou nenhum controle do setor público. Neste sentido, sua força criadora fica cada vez mais na dependência dos donos da riqueza. É a privatização por dentro!

Com base neste quadro, iniciamos nossa mobilização. Inicialmente, procuramos trazer à tona o debate coletivo, sensibilizando para as transformações que passa a Universidade e o desrespeito do governo para com a educação. Procuramos, assim recuperar o coletivo da Universidade.

A greve é um momento de radicalização face à insensibilidade do governo. Ela normalmente é vista apenas em seu papel mais imediato: mecanismo de pressão para alcançar as reivindicações expressas na pauta apresentada aos patrões e, no nosso caso, ao governo através do MEC e do MARE.

Para nós ela tem sido muito mais do que isto, é também uma forma de expressão, ou como disse uma colega: a expressão da nossa indignação para com o desrespeito à educação e aos seus profissionais. O movimento grevista tem usado este espaço para discutir entre os professores, com os estudantes, com os funcionários e com a comunidade os rumos das "reformas" (ou contra-reformas?).

Temos denunciado o falacioso argumento "Robin Hood - tirar dos ricos (3º grau) para dar aos pobres (1º e 2º graus)", como diz Chico de Oliveira. Mostramos que:

- 1º e 2º graus são de responsabilidade dos Estados e Municípios;
- por mais que se enxugue o 3º grau, isto não será suficiente para melhorar os outros níveis;
- e que a destruição do 3º grau público pioraria ainda mais a qualidade do ensino do 1º e 2º graus, de onde saem a maioria de seus professores. Procura-se a igualdade, destruindo também a Universidade Pública e não construindo o ensino básico.

A greve também tem sido pedagógica. Estamos conseguindo reaprender os princípios fundamentais da relação entre as pessoas, a solidariedade, a ética e a democracia da coletividade - princípios que no Brasil encontram-se amortecidos.

A Universidade que queremos deve ser fruto do debate amplo, aberto, solidário. Os conflitos, as divergências e as diferentes concepções fazem parte do jogo democrático. O consenso faz parte da "paz dos cemitérios" e não de uma Universidade viva. A greve tem conseguido agrupar boa parte dos atingidos, e buscado construir o caminho de saída da crise.
Ao estrago do neoliberalismo, levando a mudanças culturais político-ideológicas e de base econômica, estamos contrapondo a recuperação de princípios tão caros à esquerda: solidariedade, coletividade, ética e utopia - tão abandonados no mundo de hoje.

Maria Dirlene Trindade Marques
Presidenta da APUBH

O GRANDE FISIOLÓGICO

Já me explicaram diversas vezes, mas continuo sem entender. Oito anos atrás, o bando que agora está no poder vivia uma festa com a promulgação da Constituição-Cidadã. O finado Ulysses Guimarães estava em alta, nomeava e desnomeava ministros. Em torno dele, tucanos, pefelistas e peemedebistas se empurravam disputando o venerado saco. Um dos constituintes mais ativos, mais próximo ao saco do dr. Ulysses, era o atual presidente. Em oito anos, verificou que estava errado e partiu para outra. Daqui a quatro ou cinco anos descobrirá novamente que errou. Ele chama isso de estratégia cultural.

Hoje, grande parte da turma que redigiu e aprovou a constituição, tão louvada há tão pouco tempo, elegeu-a como a besta negra da nação. Reformando-a, prometem que o leite e o mel correrão pelas bicas. Enquanto não reformam, o país fica parado, desviando bilhões de reais para bancos falidos e deixando hospitais, escolas, estradas e o mercado de trabalho na pior. Das reformas pretendidas, a única que na verdade interessa a FHC é a da reeleição. Que diabo, por que ele não propôs uma emenda nesse sentido quando foi constituinte? Seria, então, uma idéia em debate, não um emprego em processo.

Por essas e outras, considero FHC o mais fisiológico dos políticos brasileiros, mais nefasto à causa nacional do que os ruralistas, empreiteiros e banqueiros que também só pensam em seus próprios interesses. E esquecem o bem público, esquecem a própria palavra para atingir a radiosa meta neoliberal: lucrar. No início da semana, o presidente do clube militar, apontado pelos entendidos como homem comprometido com a repressão e a tortura dos anos de chumbo, fez um pouco de fumaça. Péssimo sinal. A linha dura ameaça sair da tumba, os abutres da liberdade têm fome. E o governo de FHC está produzindo carniça demais.

Carlos Heitor Cony



CONCURSO PARA CRIAÇÃO DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS PARA A APUBH

Com o objetivo de estimular a participação dos membros da comunidade universitária e a democratização das ações propostas, a APUBH realiza um concurso, aberto a alunos e professores da UFMG, para a criação de peças promocionais que serão veiculadas junto ao movimento em "Defesa da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade" . Para participar, basta seguir as instruções do que se seguem:

REGULAMENTO

Tema: "A Defesa da Universidade Pública".
Público Alvo: Alunos e Professores da UFMG

Caracterização: o presente concurso abrangerá três categorias distintas de trabalhos:

- Criação de um VT institucional, para ser veiculado na televisão
- Criação de um adesivo em vinil (plástico) para ser afixado em carros e janelas
- Criação de botton adesivo.

Prazo: o período para a entrega dos trabalhos se encerra no dia 15 de julho, segunda-feira. Os trabalhos devem ser entregues na sede da APUBH, à Rua Artur Itabirano, 70. Bairro São José.

Julgamento: Os trabalhos serão selecionados e julgados por uma comissão técnica composta por 3 (três) professores da UFMG.

Premiação: Os trabalhos vencedores receberão os seguinte prêmios:

- VT institucional : R$ 1.000,00
- Adesivo em vinil: R$ 300,00
- Botton adesivo: R$ 300,00

Resultado: O resultado do concurso será divulgado em sessão solene no dia 22 de julho, a se realizar na sede da APUBH, onde os trabalhos estarão expostos.

Disposições técnicas:

1 - Cada participante poderá concorrer com até dois trabalhos em cada categoria.

2 - As peças vencedoras serão veiculadas livremente pela APUBH. Cada participante deverá assinar um termo de compromisso cedendo seus direitos autorais em nome da APUBH.

3 - Todas as peças que entrarem no concurso passarão a ser de propriedade da APUBH, que se reserva o direito de utilizá-las quando e como julgar conveniente, resguardando os devidos créditos ao seu criador.

4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Especificações técnicas:

1 - O VT deverá ter tempo de duração de 30 (trinta) segundos e deverá ser apresentado em duas cópias, nos formatos U-Matic ou Betacam.

2 - Os adesivos plásticos e os bottons adesivos devem ser entregues em arte final ou em disquete (arquivos CorelDraw 4.0 ou PhotoShop 3.0).

Maiores informações pelo telefone 441-7211 ou pelo fax 441-1303.

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA UFMG



Na Assembléia Legislativa, a Comunidade Universitária se mobilizou...

Desde o ano de 1995 o Movimento Docente já se reunia com o movimento do funcionalismo público para uma intervenção conjunta frente ao Governo Federal que, em uma intensa campanha na mídia, responsabilizava os funcionários públicos de serem os culpados pelo débito público.

Portanto, a mobilização nas universidades já apontava para o trabalho conjunto com os Servidores Públicos Federais. No caso da UFMG, a mobilização começou no início deste ano, com boas perspectivas de crescimento, considerando-se a indignação provocada pelo tratamento dado pelo governo. Primeiro, o funcionalismo público federal é responsabilizado pelo débito público, mas o governo mantém taxas de juros extremamente elevadas; depois diz que não há data base para a categoria e não reconhece nenhuma época para o reajuste e, finalmente , afirma que não tem recursos, mas faz grandes investimentos no sistema financeiro.



... em defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade.

Com um quadro formado, por um lado pela desmobilização e, de outro, pela indignação, foram iniciados em janeiro contatos nas unidades, visando a discussão sobre a situação da Universidade, de seus profissionais e do Projeto do Governo, com o objetivo de sensibilizar os professores. A partir daí iniciaram-se as Assembléias Gerais, em um esforço de integração com o movimento nacional.

Na primeira AG, em dia 7 de março, no Auditório Sônia Viegas, 99 professores assinam a lista de presença. A discussão se concentra na busca de novas formas de mobilização que pudessem envolver toda a comunidade universitária e sensibilizar a sociedade. Esta idéia vai ser desenvolvida nas AGs posteriores, com a designação de Greve Pedagógica ou Greve Pipoca - parar um dia, discutir, fazer atividades, e retornar às aulas.

Na AG seguinte, em 14/03, 125 professores compareceram e deliberaram, dentre outras, pela criação de um fórum de professores, funcionários e estudantes para discussão e mobilização em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, com um indicativo de se fazer um ato na Assembléia Legislativa e uma Assembléia Universitária, além da elaboração de um calendário nacional de paralisações e uma manifestação em defesa da Universidade, durante a aula inaugural que o ministro Adib Jatene realizou, neste dia, na Escola de Medicina.

No dia 20 de março, os 104 professores presentes decidiram não aprovar o indicativo de greve da ANDES-SN e encaminhar um processo de discussão nas unidades. No período seguinte há um crescimento das discussões na universidade e uma intensificação das atividades conjuntas com os estudantes e funcionários. Seu grande momento foi a presença da comunidade universitária, no dia 28 de março, na Assembléia Legislativa.

O ato se dividiu em duas partes. A primeira, realizada pela manhã, no hall da Assembléia, constou de exposição de trabalhos de diversas unidades da UFMG, além de aulas e debates. Essa etapa foi encerrada com falas de representantes dos três segmentos da comunidade universitária e de outras entidades presentes, seguidas de uma apresentação da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, regida pelo maestro Sérgio Magnani.

Realizada durante a tarde, a segunda etapa foi uma sessão solene na Plenária da Assembléia, que contou com a presença de um grande número de estudantes, professores e funcionários, que lotaram as galerias da Assembléia. A mesa foi composta por representantes dos três segmentos comunitários - Profª Dirlene, pela APUBH; funcionário Guilherme, pelo SIND-IFES e o estudante William, pelo DCE; além do magnífico reitor, professor Tomás Aroldo. O ato foi encerrado com a aprovação de uma Moção de apoio às Universidades Públicas, encaminhada ao MEC/Governo Federal.

Já no dia 09 de abril, os 70 professores presentes optaram por reuniões nas unidades, criação de uma comissão de mobilização e paralisação no dia 16, com Assembléia Geral.

No dia 16, o auditório da reitoria ficou superlotado, com 276 professores assinando a lista, mas com uma presença expressivamente muito maior de docentes na AG. Foi recusada a adesão à greve geral, mas com uma intensificação do movimento com o envio de cartas, artigos e propostas dos professores à imprensa e ao órgãos e instituições públicas, além dos parlamentares.

Na AG do dia 23 de abril, os 178 professores presentes decidiram organizar um calendário semestral de paralisações periódicas, de 15 em 15 dias, para promover discussões envolvendo os três segmentos da comunidade universitária sobre os projetos do Governo Federal para a educação, principalmente no que se refere ao Ensino Federal, além da incorporação, pela APUBH, das iniciativas da Comissão de Autonomia do Conselho Universitário.

No dia 24, realiza-se a Assembléia Universitária. Foi um importante instante para marcar a atuação conjunta dos 3 segmentos da UFMG, que contou, inclusive, com a presença da administração.

No dia 25 de abril, foi realizada uma sessão especial na Câmara Municipal. A mesa foi composta pelo vereador Rogério Corrêa, profª Dirlene, representando os professores; Juscelino, pelo DCE-UFMG; Carmem, pelo SINDSPREV; o vereador Tomás Mata Machado, secretário geral da Câmara; Joaquim Diniz , diretor da UEE; e o professor Libério Borba, presidente da ANDES-SN, além dos vereadores Virgílio Guimarães, Betinho Duarte e a vereadora Caiafa.

Organiza-se para o dia 09 de maio, pela manhã, o debate sobre autonomia e, à tarde, uma Assembléia Geral. Apesar do movimento ter lançado mão de todas as formas de divulgação, como rádio, jornal e televisão, além da comunicação através dos informativos, cartazes e faixas afixadas na UFMG, percebe-se uma redução da mobilização.

As discussões nas unidades diminuem, desmobilizam-se os contatos com alunos e funcionários, que se reflete na presença de 100 professores no debate sobre autonomia, e de apenas 57 na Assembléia.

A constatação da AG é que se esgotou a forma de mobilização fora da greve. Diante disto, aprova-se o indicativo de greve para discussão nas unidades e deliberação na próxima AG do dia 17 de maio, que vai contar com 115 professores votando a favor, 9 contrários e 13 abstenções. Também deliberou-se pela instalação do comando local e nacional de greve e nomes de delegados à plenária dos SPFs.

O movimento atingiu o ápice na primeira AG de greve, realizada no dia 23 de maio. Com a presença de 286 professores, que lotaram o auditório da reitoria. Foi deliberada a continuidade da greve por tempo indeterminado e pelo aprofundamento da discussão da pauta protocolada no MEC.

No dia 29 de maio, a AG, com 204 professores deliberou pela continuidade da greve e indicou esta discussão nas unidades juntamente com a pauta de reivindicações e as audiências com o MEC.

A AG do dia 04 de junho contou com 218 professores. Após todos os informes nacionais, onde se procurou clarear o melhor possível os encaminhamentos dados pelo CNG ANDES-SN e os informes locais, passamos para a análise de nossa situação. De um lado, diante do quadro nacional, ficava claro a necessidade política de continuidade da greve no instante em que se iniciam as negociações. De outro lado, o quadro mostrava que, além de não ter havido um crescimento da paralisação, iniciava-se um certo refluxo.

Estas duas posições polarizaram a AG, que refletiu-se no resultado da primeira votação: 85 pessoas votaram pela continuidade da greve, enquanto 88 pessoas foram contra e 23 se abstiveram. Ficou evidente, entretanto, que todas as intervenções tinham a preocupação com a continuidade do movimento, procurando uma alternativa que garantisse a sua unidade e não desgastasse a sua organização. Com isso deliberou-se pela saída da greve, a partir do dia 11 de junho, com a realização de uma AG.

A AG do dia 11 de junho deliberou pela reposição integral da carga horária e do conteúdo a ser ministrado no semestre. A importância da continuidade do movimento também foi salientada, optando-se por campanhas de mídia e a promoção de diversas atividades sobre o tema, além da participação na greve geral convocada pelas centrais sindicais. À tarde, foi realizada uma carreata, com cerca de 45 automóveis saindo do Campus da Pampulha, em direção ao Centro da cidade e à Assembléia Legislativa, onde foi realizado um Sarau Cultural.

No encarte anexo publicamos o resumo dos pontos discutidos e das deliberações apresentadas; um quadro contendo a participação dos professores nas AGs, por unidade e departamento. Nas páginas que se seguem, publicamos a transcrição da moção assinada na Assembléia Legislativa, além do resumo Assembléia conjunta realizada na comunidade universitária e da sessão especial na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.

UFMG PROMOVE ATO NA ASSEMBLÉIA

No dia 28 de março deste ano os estudantes, professores e funcionários da UFMG promoveram um ato na Assembléia Legislativa de MG, em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade.

O ato, dividido em duas partes, aconteceu primeiramente pela manhã no hall da Assembléia, com exposições de trabalhos de diversas unidades da UFMG, aulas e debates. O primeiro debate, com o professor da FACE e técnico do DIEESE, Hugo Cerqueira, versou sobre a conjuntura econômica e o neo-liberalismo, sendo o segundo com a Professora do Departamento de Ciências Políticas da FAFICH, Vera Alice, que fez uma análise política do projeto neo-liberal.

Durante os debates, grandes grupos de estudantes e funcionários juntavam-se ao ato. Neste período houve também a apresentação do Pandalelê do Centro Pedagógico.

Durante todo o ato, a Praça Carlos Chagas e o adro da Assembléia Legislativa eram ocupados por professores que apresentavam suas experiências ou ministravam suas aulas, enquanto os funcionários do Conselho de Extensão expunham seus trabalhos. Com isto, mostrava-se a Universidade para a sociedade.

Como encerramento da primeira parte do ato, e depois das falas dos representantes dos três segmentos da comunidade universitária, e de outras entidades presentes, a Orquestra Sinfônica da Escola de Música, sob a regência do Maestro Ségio Magnani, executou três números musicais.

A segunda parte do ato, realizada à tarde, foi uma sessão solene na Plenária da Assembléia, contando com a presença nas galerias de um grande número de estudantes, professores e funcionários.

Compunham a mesa o reitor da UFMG, professor Tomáz , a presidente da APUBH, professora Dirlene, o presidente do SIND-IFES, Guilherme e o coordenador do DCE, Wiliam.

A sessão foi aberta com a exposição do Deputado Gilmar Machado, que falou da importância do sistema público de educação e do papel do legislativo em sua defesa.

O reitor da UFMG, em sua fala, fez um breve histórico das IFES no país, apresentando seus números com relação à realização de pesquisa, serviços prestados à comunidade e o compromisso destas universidades com o desenvolvimento do país, além da importância delas serem mantidas e financiadas pelo Estado.

A professora Dirlene falou da crise nas universidades, que vêm de longo tempo e, atualmente, não se caracteriza apenas pela falta de verbas e/ou baixos salários. Afirmou que hoje há uma privatização por dentro, com a transformação do público em privado, com a mudança do coletivo em individual; e isto ocorre sob coordenação de quem conhece bem o seu funcionamento, o professor-presidente, FHC.

O diretor do SIND-IFES falou da greve dos técnico-administrativos que, segundo ele, não é só por salários, mas pela valorização do serviço público e seus profissionais; também falou da falta de recursos que as universidades enfrentam, comprometendo a qualidade dos serviços que devem ser prestados à comunidade, e da importância do legislativo na defesa destas universidades.

O representante dos estudantes pediu que o legislativo estadual seja um canal entre a comunidade universitária, o MEC e o Governo Federal nas negociações e na busca de soluções dos problemas enfrentados pelas universidades.

O presidente da mesa falou da importância desses atos e colocou a Assembléia Legislativa à disposição para futuros debates e manifestações. Foi aprovada uma moção de apoio às universidades públicas, que deverá ser enviado ao MEC e Governo Federal.

MOÇÃO

A situação da universidade pública no Brasil é preocupante. Alguns dados reforçam esta convicção:

1. No que diz respeito ao orçamento das universidades, até o mês de março de 1996, o Governo Federal não repassou a totalidade dos recursos orçamentários previsto para o ano de 1995, dos R$610 milhões(?) constantes para custeio e capital, o MEC somente está se comprometendo a efetivar a integralização de R$ 575 milhões(?), está sendo desrespeitada a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO), com o governo não procedendo o repasse dos duodécimos calculados sobre a proposta do orçamento para 1996, valores estes que está obrigado a repassar para todos os órgãos e entidades até a aprovação do orçamento geral da União; a proposta de orçamento do governo para as universidades não assegura recursos suficientes para o funcionamento das instituições até o final deste ano, além disso, as emendas apresentadas pelos reitores com o objetivo de garantir o funcionamento das universidades não foram acatadas pelo relator do orçamento, permanecendo, portanto, o quadro de incertezas e insegurança nas instituições.

2. Professores e funcionários das universidades federais estão há meses sem reajuste salarial, isto faz com que sejam obrigados a buscar uma complementação salarial através da prestação de serviços e venda de projetos para instituições de ensino privado.

3. As reformas da Previdência e do Estado estão levando à instabilidade e insegurança, provocando uma corrida a aposentadoria. Com isso, as universidades públicas estão perdendo professores e funcionários com experiência e alta qualificação; além disso, não está havendo a reposição destes quadros que estão saindo das universidades. Tudo isto leva a uma perda de qualidade do ensino e a um desmonte da universidade pública, gratuita e de qualidade, com integração entre ensino, pesquisa e extensão.

4. A LDB, aprovada pela Câmara Federal em 1994, foi totalmente alterada pelo Senado, rompendo com um histórico acordo entre sociedade e parlamentares.Com base nestas questões, deseja-se:

1. Integralização do repasse dos recursos orçamentários de 1995;

2. Aprovação das emendas das universidades para o orçamento de 1996;

3. Respeito à LDO e repasse dos duodécimos;

5. Recomposição dos quadros de professores e funcionários das universidades;

6. Retomada do projeto da LDB nos termos já aprovados pela Câmara Federal em 1994, ou seja, rejeição do projeto do Senado.

Tendo em vista o exposto, nós, deputados estaduais do Estado de Minas Gerais, aprovamos esta moção e nos comprometemos a torná-la pública e a fazer gestões junto às autoridades competentes para que seus objetivos sejam alcançados. *Belo Horizonte, 28 de março de 1996.*

UFMG REALIZA ASSEMBLÉIA CONJUNTA

A Assembléia conjunta, convocada pelos três segmentos da comunidade universitária no dia 24 de abril, contou com um grande número de participantes. As três entidades representativas dos segmentos convidaram o reitor, professor Tomáz, que por motivo de viagem, foi representado pelo Vice-reitor, professor Jacinto, além de representantes da comissão de educação da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa e várias outras entidades.

O primeiro a falar foi o Vice-reitor, que fez um relato da crise universitária na visão da administração da Universidade. Falou dos problemas causados pelo grande número de aposentadorias, dos baixos salários na universidade, dos professores substitutos que não fazem pesquisa, apenas dão aulas, com um salário muito baixo.

Falou também do problema orçamentário e que a UFMG, que detinha o 2º orçamento entre as IFES e agora tem o 13º . O professor Jacinto falou das negociações entre a ANDIFES e o MEC, que ele considera um fato positivo.

O deputado Gilmar Machado, representando a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, apresentou solidariedade ao Movimento em Defesa da Universidade Pública e anunciou que a moção aprovada pelos deputados estaduais no ato do dia 28 de março já foi enviado ao MEC e Governo Federal, e que a Comissão aguarda posicionamento dos mesmos.

A professora Dirlene falou da importância deste ato conjunto (o primeiro a ocorrer desde seu ingresso na universidade), organizado pelos três segmentos. Ela também falou da importância de se discutir o projeto de Universidade que o conjunto das instituições deseja, sabendo da importância de seu papel social. Além disto, lembrou que o governo já tem um projeto para as universidades, vide a LDB - Darcy Ribeiro e o Projeto de Organizações Sociais, que concretamente está mudando as Universidades Federais.

O diretor do SIND-IFES falou da importância de se discutir "a sociedade que queremos", expondo fatos como o massacre dos sem-terras no Pará, falou da greve dos técnico-administrativos que, além de ser por melhores salários, é também pela valorização do serviço público e contra as Reformas Administrativa e da Previdência Social, propostas pelo governo.

O representante dos estudantes falou da importância da conscientização dos estudantes com relação aos problemas enfrentados hoje pela Universidade e como eventos como a Assembléia Conjunta pode ajudar nesta conscientização.

Ele falou da importância de se discutir o projeto de educação apresentado pelo governo, que na sua visão, é a desobrigação do Estado com serviços essenciais, como educação e saúde.

Várias entidades ali representadas fizeram uso da palavra, destacando a importância da defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

VEREADORES DEFENDEM A UNIVERSIDADE EM SESSÃO ESPECIAL DA CÂMARA

No dia 25 de abril último, foi realizada uma sessão especial na Câmara Municipal de BH encaminhada pelos vereadores do PT Rogério Corrêa, Virgílio Guimarães e Betinho Duarte, em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Na mesa, o vereador Rogério Correia, a Profª Maria Dirlene Trindade, representando os professores da UFMG, Guilherme de Fátima, representante dos técnico-administrativos, Juscelino, coordenador do DCE-UFMG, Carmem Bomtempo, representante do SINDSPREV, o vereador Tomáz Mata Machado, secretário geral da Câmara, Joaquim Diniz, diretor da UEE e o Prof. Libério Borba, presidente da ANDES-SN, além dos vereadores Virgílio Guimarães, Betinho Duarte e a vereadora Caiafa.

A sessão foi aberta com a exposição do vereador Virgílio Guimarães sobre os motivos para realização da sessão, que segundo ele, é para a divulgação e conscientização da sociedade para os sérios problemas enfrentados pelo sistema público de ensino brasileiro, em todos os níveis.

A profª Dirlene falou da redução de verbas para a Universidade, do arrocho salarial e a não correção dos salários nos últimos 15 meses, o comprometimento da qualidade do ensino nas universidades, causado pela falta de recursos e o grande número de aposentadorias em decorrência das propostas de reforma da previdência apresentadas pelo governo.

O prof. Libério cumprimentou aos vereadores, em nome da ANDES-SN, pela iniciativa da sessão e ressaltou a importância da Universidade Federal para a pesquisa e o ensino de 3º grau no país.

O coordenador do DCE-UFMG falou da importância da Universidade no papel de formadora de novos profissionais, defendeu a integração dos três segmentos na luta pela defesa desta universidade.

Depois das falas de vários vereadores presentes em defesa da universidade, foi aprovada uma moção de apoio a ser encaminhada ao Governo Federal.

A APUBH NA INTERNET

Dentro do nosso Projeto de Informatização, e seguindo recomendação da ANDES-SN, temos a satisfação de informar aos nossos associados o endereço da APUBH na Internet:

homepage: apubh-ufmg.org.br
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

Além disso, firmamos convênio com a empresa BH-NET, nosso provedor de acesso, para o oferecimento de desconto aos associados da APUBH. Desta forma, um pacote de acesso (20 horas / 30 dias) custará apenas R$ 26,00, o que resulta em R$ 1,30 por hora de acesso. A conexão é via RNP, a 256k. Maiores informações podem ser obtidas por telefone na sede da APUBH, ou diretamente na BH-NET (fone 281-5575, com Renata).

O telefone para conexão de dados da BH-NET é 281-1133, a 33.600bps / 8N1, e os parâmetros de configuração são os seguintes:

DNS : 200.238.231.33 (primário) , 200.131.1.51 (secundário)

GATEWAY : 200.238.231.62

Esperamos continuar contando com a sua colaboração ou sugestão agora também pela Internet.

NOTAS NOTAS NOTAS NOTAS

√ Os lançamentos do "1º Congresso Nacional de Educação - I CONED" e da Campanha de Solidariedade a Cuba", aconteceram no dia 14 de junho, no Auditório da Escola de Música da UFMG. O evento contou com dois shows: um com o cantor Rubinho do Vale e outro com o Trio Barroco de Uberlândia. O passaporte para o evento foi a doação de um kit escolar contendo: 1 lápis, 1 apontador, 1 caderno e 1 borracha, que serão remetidos para as crianças de Cuba.

√ O próximo número da Revista Caminhos, editada pela APUBH, e que será lançada no próximo semestre, com o tema "Universidade e Sociedade", está promovendo a seleção de textos para sua próxima edição. Os professores interessados em participar podem enviar seus trabalhos para a APUBH até o dia 20 de agosto.

√ Este mês a mensalidade da APUBH foi descontada duas vezes, porque em abril o desconto não foi realizado devido a problemas no SIAPE.

IMPRESSO

Todos os documentos citados neste Boletim estão à disposição dos interessados em nossa sede.